

OPINIÃO

Combustíveis: mais fiscalização

Editorial Correio do Povo (4/5/2015)

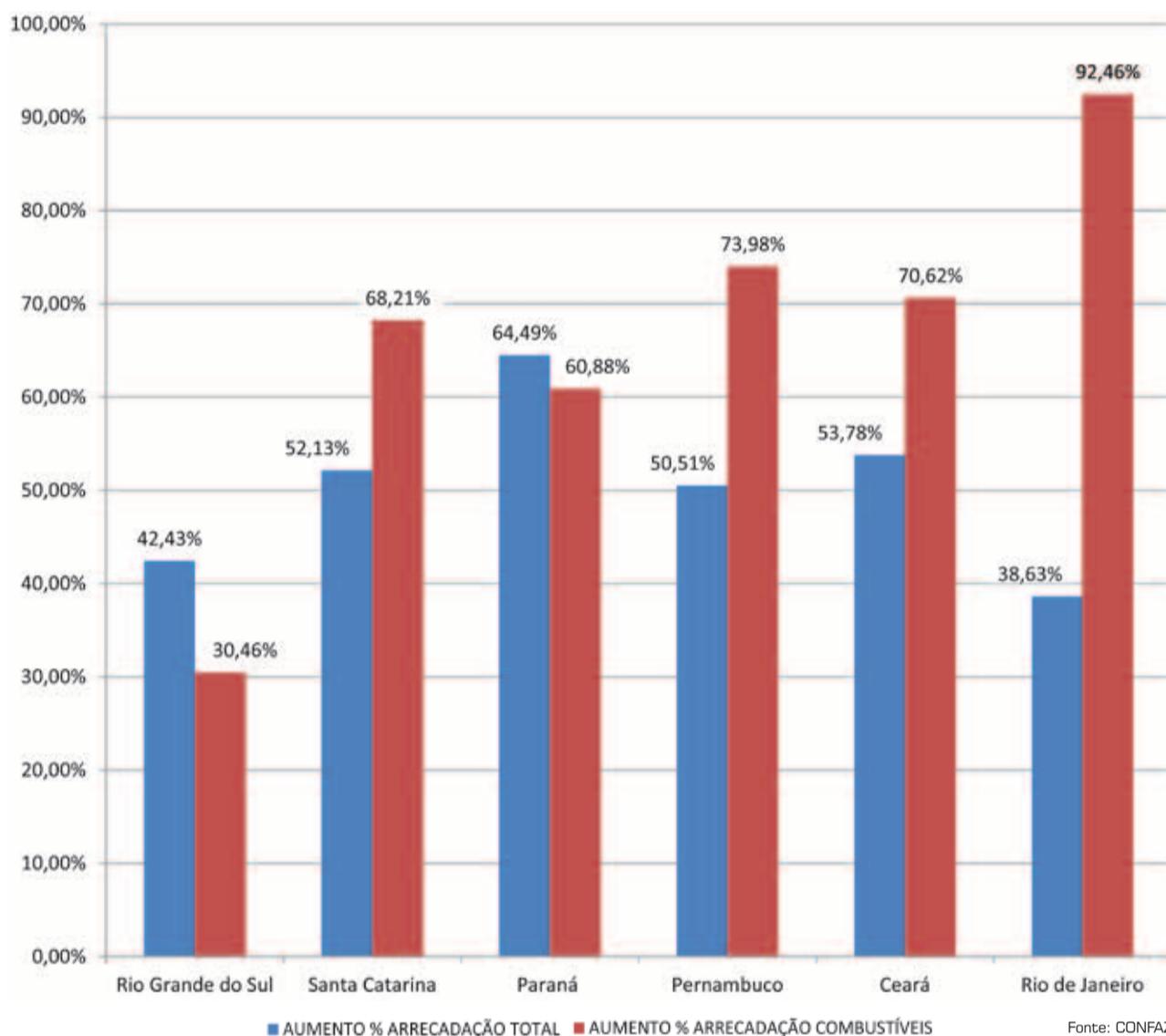
Não é de hoje que os consumidores se queixam da qualidade dos combustíveis que adquirem nas bombas dos postos que os fornecem. Também não são poucos os casos de fraudes apontados pelos órgãos encarregados da fiscalização, entre eles o Ministério Público e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Muitas vezes, essa ação é prejudicada pelo grande número de ocorrências e pela quantidade insuficiente de recursos humanos para dar conta dessa tarefa de grande monta.

Agora, uma iniciativa do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) pode ajudar nesta vigilância. O órgão está anunciando audiências públicas para discutir com a população meios de enfrentar as fraudes nos combustíveis. De acordo com o chefe da Divisão de Instrumentação, Software e Condições Ambientais do Inmetro, marcos Trevisan Vasconcellos, uma série de mecanismos está sendo estudada, como o emprego da criptografia. Ele ressalta que nesse comércio há três tipos de fraudes: adulteração química, fraude fiscal e a "bomba baixa", com maior marcação na bomba do que o total abastecido. O Inmetro quer elaborar propostas que inibam tais práticas.

O consumidor brasileiro, que paga caro por um produto que, não raras vezes, é adulterado, espera que realmente se consiga chegar a um ponto em que a confiança seja restaurada no ato da compra. Não é a maioria dos postos que pratica a fraude, mas isso gera uma insegurança dos usuários que somente uma atuação eficiente pode dar fim.

Estado perde R\$ 1,2 bilhão com a sonegação de combustíveis

ARRECADAÇÃO ICMS COMBUSTÍVEIS 2010 A 2014



O Rio Grande do Sul tornou-se um território promissor para os crimes de adulteração e sonegação fiscal no setor de combustíveis devido à falta de fiscalização. Os problemas crônicos do setor de combustíveis estão vinculados ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, à sonegação de impostos e à concorrência desleal.

Nos últimos quatro anos, o RS teve baixo desempenho da arrecadação de ICMS no setor, com projeção de perda de R\$ 1,2 bilhão se comparada com o desempenho de outros estados. **Enquanto no Rio Grande do Sul, o aumento da arrecadação foi de 30,46%, o crescimento médio nos outros estados foi de 68%.**

O êxito nos outros estados está na adoção de medidas eficazes para combater estes crimes, como a fis-

calização ostensiva, a colocação do lacre fiscal nas bombas de combustíveis e a utilização obrigatória dos MVC (Medidores Volumétricos de Combustíveis) recentemente normatizado pelo CONFAZ.

A causa dos índices negativos de desempenho na arrecadação de ICMS no setor deve-se a ausência de fiscalização, que incentiva todo tipo de fraude.

Há mais de dez anos, o Afocefe alerta para esta situação e já apresentou à Secretaria da Fazenda, ao Governo Gaúcho e à Assembleia Legislativa, projeto de fiscalização ostensiva de combate às fraudes nos combustíveis, que até hoje não foi colocado em prática no Estado.

As consequências do descaso e da falta de ações para coibir este crime são vistas a cada mês. Mesmo representando a maior gera-

ção de impostos, com o equivalente a 15,86 % do total arrecadado, segundo informações do CONFAZ, o setor registrou desempenho negativo nos últimos 10 anos. O aumento de alíquota ocorrido no ano de 2005 não apresentou qualquer ganho para o Estado por não apresentar impacto na arrecadação.

A falta de fiscalização propicia facilidades e incentivo à empresas inidôneas.

Por ser um produto de alto valor agregado e de grande tributação, o setor é atingido pela adulteração, como excesso de adição de álcool e solventes à gasolina. A adulteração existe pela vantagem econômica da utilização de substâncias químicas de composição similares à da gasolina e da adição excessiva de álcool à gasolina.

Adulteração atinge a todos

A adulteração dos combustíveis atinge a todos os setores da sociedade e da cadeia de comercialização de veículos automotores, já que os solventes são altamente corrosivos e comprometem todo o motor do automóvel.

Para os usuários, os prejuízos diretos são o aumento de consumo, mau funcionamento do veículo, comprometimento do desempenho e menor vida útil dos motores. Para o Estado, as perdas estão na falta de competitividade das empresas pela busca de combustíveis alternativos e, claro, a sonegação de tributos. Os distribuidores e postos revendedores sofrem com a concorrência desleal. Para a população, em geral, a adulteração é prejudicial, economicamente, encarecendo a manutenção dos veículos e quanto a saúde pelo aumento da poluição.

AÇÕES PROPOSTAS PELO AFOCFE:

As medidas têm como objetivo aumentar a arrecadação de ICMS do setor, dificultando as adulterações e a concorrência desleal entre os fornecedores. Entre elas, estão:

- Implantação, pela Secretaria da Fazenda, de lacres fiscais nas bombas de combustíveis;
- A obrigatoriedade da instalação de MVC (Medidores volumétricos de combustíveis) que permitirão o controle do fisco da quantidade de produto comprado e vendido pelo contribuinte.
- Ampliação da fiscalização ostensiva em barreiras interestaduais e postos de combustíveis de todo Estado.
- Fiscalização e repressão às irregularidades pela ação integrada entre ANP, Ministério Público, Polícia, Secretarias de Fazenda e Receita Federal.

Sonegação é um crime que não vive só

O que ouvimos constantemente é que se sonega porque a carga tributária no Brasil é muito alta. O assunto pode ser muito debatido e é possível encontrar inúmeros defensores desta tese, como também opiniões contrárias. Os escândalos de corrupção que aparecem a cada dia na mídia vêm demonstrar que o crime de sonegação está sempre aliado a outros tipos de infrações, financeiras ou não, que trazem prejuízos à sociedade.

Nos casos de sonegação de ICMS, esta máxima também se confirma. Nas operações comerciais e/ou de circulação de mercadorias, quando ocorre o crime de sonegação, também se cometem outros crimes, que muitas vezes não são percebidos pelo cidadão comum, que não condena a sonegação.

A comercialização de cigarros contrabandeados está relacionada a quadrilhas que



www.osfiguras.com.br

também comercializam armas e drogas. Quando adquirimos carne sem nota fiscal, estamos facilitando o abigato e a circulação de alimentos sem os devidos controles sanitários. Esta realidade não é diferente com confecções e eletrônicos, muitas vezes confeccionados em fábricas de fundo de quintal, com mão de obra barata e não fiscalizada pelos órgãos de controle das condições de trabalho.

O crime organizado sempre utilizará a sonegação como parceira de outros crimes mais prejudiciais com objetivo único de aumentar seus ganhos. Não há, portanto, como relacionar a fiscalização ostensiva, que deveria ser realizada pelo Estado, apenas com a questão da eficiência financeira, pois a ação dos órgãos fiscalizadores vai muito além do crédito tributário da ação, e sim na proteção da sociedade.

EXPEDIENTE

Informativo Afocefe Sindicato

Rua dos Andradas, 1234 - 21º andar
Porto Alegre/RS - CEP: 90.020-008
Fone: (51) 3021 2600 . Fax: (51)3021 2627
afocefe@afocefe.org.br
www.afocefe.org.br

Gestão 2013/2016

Presidente: Carlos De Martini Duarte
Vice-Presidente: Gilberto da Silva
Secretário-Geral: Niro Afonso Pieper
Diretor Financeiro: Rodrigo de Castro Silveira
Diretor Administrativo: Giugliano dos Santos Medeiros
Diretor Jurídico: Ives Agamenon Leite Lucas
Diretor Integração e Política Social: Antonio Flávio Nunes Bernardes
Diretor de Assuntos Sindicais e Formação Política: Marcia Alves Anschau
Diretor de Comunicação e Cultura: Giugliano dos Santos Medeiros
Diretor Legislativo: Niro Afonso Pieper
Diretor de Desenvolvimento Funcional: Marcia Alves Anschau
Jornalista Responsável: Jennifer Morsch - MTB 9250
Impressão: Gráfica UMA



Todos os setores da economia no alvo da sonegação



A facilidade da atuação dos sonegadores, que trafegam com mercadorias sem notas fiscais ou em desacordo com as notas fiscais eletrônicas, é crescente e fica evidente a cada dia no trabalho presencial de fiscalização. A verificação física das cargas identifica que nem sempre o que é apresentado nas notas fiscais eletrônicas corresponde à realidade.

A desestruturação das atividades de fiscalização ostensiva no Estado não impede que seja constatada, a cada dia, a repetição da ação dos sonegadores.

Em recente abordagem de quatro veículos durante a madrugada, os Técnicos Tributários da turma volante de Santa Cruz do Sul in-

terceptaram carga de carne circulando sem nota fiscal. De um total de 32.400 quilos de carnes transportadas, 13.050 não foram registrados. No mesmo dia, houve, ainda, uma autuação de uma carga de móveis em que as notas fiscais eletrônicas indicavam mercadorias no valor de R\$ 3.000,00 e a carga efetiva era de R\$ 44.520,00. Um dia depois, a mesma turma volante autuou duas cargas, uma de vinho e outra de pneus, acompanhadas de notas fiscais eletrônicas inidôneas para a operação, por haver divergências nos tipos, quantidades e preços (subfaturamento) de mercadorias.

Somente no posto fiscal de Torres, no período de 10 a 20 de abril, foram autua-

dos oito transportadores por tentarem sair do Estado com um total de 300 toneladas de arroz sem recolher os impostos devidos.

Os Técnicos Tributários da turma volante de Lajeado atuaram em um só dia nove veículos, na BR 386, transportando cargas de diversos tipos de mercadorias com irregularidades nas notas fiscais eletrônicas. No total foram apurados R\$ 297.546,50 em mercadorias, gerando R\$ 48.736,53 em ICMS e R\$ 58.483,83 de multa, valores estes recuperados aos cofres do Estado, já que a ação dos sonegadores foi coibida. A BR 386 é um importante corredor por onde trafegam diariamente mais de 20.000 veículos, sendo boa parte destes de carga, na sua maioria com destino à região metropolitana.

Houve o caso de um caminhão transportando 2.000 quilos de feijão-preto com nota fiscal que registrava tanto a origem, quanto o destino, o Paraná, trafegando no Rio Grande do Sul. A entrada deste veículo no Estado só ocorreu devido ao fechamento dos postos fiscais. Há menos de dez anos eram 16 no Estado e, hoje, restam apenas seis, alguns em situação precária, com falta de equipamentos e pessoal. Das 80 turmas volantes em atuação, hoje restam apenas 20.

Trânsito livre

Apesar da modernização dos sistemas virtuais, onde o Estado mantém o controle de todas as informações prestadas pelos contribuintes, os sonegadores continuam utilizando-se dos mais variados métodos para não pagar tributos, desde a reutilização de documen-



tos fiscais eletrônicos até o benefício do sinal verde nos postos fiscais, onde determinadas cargas não precisam parar para serem fiscalizadas. O Afocefe defende que só a fiscalização ostensiva consegue confrontar o documento fiscal com o que é de fato transportado. A fiscalização virtual só acompanha o que é declarado. E quanto o Estado perde com o que não é declarado?

Além do aumento da arrecadação do Estado,

a fiscalização ostensiva é essencial para a defesa da saúde pública já que alimentos, como carnes sem procedência, circulam constantemente pelas estradas, colocando em risco a saúde dos consumidores. A fiscalização ostensiva aumenta a percepção de risco por parte dos contribuintes. Por meio dela, se acompanha efetivamente o que é transportado no Estado, permitindo ação imediata para coibir a sonegação.



OPINIÃO

A grande corrupção que dá pouca mídia

Coluna Juremir Machado da Silva
(22/04/2015)

Tem corrupção que dá muita mídia e corrupção que não dá manchete.

Por quê?

O rombo começou a ser descoberto. A investigação que realmente pode sacudir o Brasil é a Operação Zélotes. A corrupção dos políticos é fichinha perto da corrupção dos empresários, que atende pelo nome vulgar de sonegação. Uma coisa não absolve a outra. Parcerias são frequentes. Curiosamente os sonegadores vão às manifestações contra a roubalheira com cartazes incríveis do tipo "sonegação não é corrupção". São os defensores do Estado mínimo.

Roubar do governo seria uma obrigação moral, uma estratégia de sobrevivência, uma opção ideológica legítima, uma tomada de posição e até uma cruzada ética contra os tentáculos malditos do Estado usurpador e perverso.

A Tax Justice Network, organismo com sede em Londres, garante, com base em pesquisa, que, somente em 2010, a evasão fiscal teria roubado R\$ 490 bilhões dos cofres da Receita Federal brasileira. Por que não tem manifestação na Avenida Paulista contra essa bandalheira? O pessoal do impostômetro não gosta de falar do sonegômetro. Tem o dia sem impostos. Poderia ter o ano sem sonegação. Só há um país na frente do Brasil em matéria de sonegação: os Estados Unidos. É lá que atuam e prosperam os teóricos da moralidade da sonegação como desobediência civil.

É uma turma cara-de-pau que ganha dinheiro chamando safadeza de anarquismo.

Markus Meinzer, da Tax Justice Network, destaca que em 2012 os nababos brasileiros guardavam mais de R\$ 1 trilhão em paraísos fiscais, ocupando a desonrosa quarta posição no ranking dos países especializados nesse tipo de mutreta. A BBC de Londres vem repercutindo esse tipo de informação sobre o Brasil. A Operação Zelotes anda impressionando mais os britânicos do que a Lava-Jato. Meinzer, que só pode ser um cripto-comunista – assim é que falam os lacerdinhos e os coxinhas –, largou esta: "A verdadeira injustiça não está nas pessoas que usam benefícios da previdência social, mas nas pessoas no topo da pirâmide econômica que simplesmente não pagam imposto.

Pois isso é o que força governos a aumentar a taxaço para os cidadãos.

Alguns milhares de sonegadores milionários fazem a vida de milhões mais difícil". O problema do Brasil é a Bolsa-Rico: empréstimos subsidiados pelo BNDES e sonegação em grande escala.

Por que a sonegação corre solta? Por causa da impunidade. Sonegador sempre encontra um jeito de escapar. Enquanto se pretende diminuir a idade penal para colocar adolescente em presidio de adultos, alimentando a escola do crime, os sonegadores passeiam nos seu carrões, esbaldam-se nas suas mansões, contratam "consultorias" para resolver seus probleminhas com o fisco e passam férias em paraísos mais do que fiscais: totais, naturais e protegidos. É por isso que eu sempre digo: o grande problema do Brasil é a impunidade. Os grandes bandidos, os sonegadores, raramente são perturbados. A Papuda ainda é um território desconhecido para eles. Que doce vida.

O sonegador é um larápio ideologizado. Justifica o seu roubo com uma velha lorota: o retorno é pequeno. Os governos cobram muito e devolvem pouco. Conversa de ladrão do erário para dormir tranquilo.

E ainda se sentir moralmente superior.

Mercado ilegal de cigarros movimentava R\$ 6 bilhões ao ano no país

Dirigentes do Afocefe Sindicato e Técnicos Tributários da Receita Estadual de diversas regiões do Estado estiveram reunidos com o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), em Santa Cruz do Sul, no final de maio. O encontro teve como objetivo conhecer mais detalhadamente a cadeia produtiva do tabaco, especialmente em questões inerentes ao contrabando. A programação encerrou na parte da tarde, com visitas a empresas de beneficiamento e fabricação do produto.

O mercado ilegal de cigarros movimentava cerca de R\$ 6 bilhões ao ano no Brasil, o que significa R\$ 4,5 bilhões em impostos que deixam de ser arrecadados e 35 mil postos formais de trabalho que não são criados. Os números integram o estudo "O custo do Contrabando" e foram apresentados pelo presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf), Luciano Barros.

Em um ano, o contrabando de cigarro cresceu 54% no Rio Grande do Sul. De 2012 a 2014, a evasão fiscal teve uma alta de 22% motivado pelo comércio ilegal do produto. Só em 2014, o Rio Grande do Sul perdeu R\$ 115 milhões com o contrabando de cigarros. "O custo do contrabando é social, não apenas econômico. Prejudica empresas, emprego e, mais do que isso, prejudica os consumidores que ficam expostos a produtos sem controle



fitossanitário e regulatório, bem como a criminalidade que acompanha o mercado ilegal", afirmou Barros.

O presidente do Afocefe, Carlos De Martini Duarte, apontou que o Estado precisa reforçar a fiscalização ostensiva para ser possível o controle real dos produtos que circulam nas rodovias gaúchas e estancar os recursos que vazam dos cofres públicos. "Esta perda causada pela concorrência do produto contrabandeado com o produzido no Rio Grande do Sul reforça a importância da fiscalização ostensiva para aumentar a sensação de risco dos sonegadores. O cigarro contrabandeado não paga impostos, não gera empregos e não segue os padrões de qualidade do Ministério da Saúde", abordou De Martini.

Criminalidade

Os crimes estão ligados às fronteiras por meio de quadrilhas organizadas que dispõem de embarcações, carretas,

carros, e que contribuem para o aumento de portos clandestinos. "Os cigarros são transportados utilizando os mais diversos artifícios, como em meio a cargas de milho, sacos de farinha, pneus, ração, caminhão tanque, vans clonadas. As quadrilhas se aproveitam do baixo índice de empregos formais, tendo como principal alvo jovens com baixa renda e escolaridade", relata Barros. O estudo do Idesf apontou que 71% dos veículos apreendidos com cigarros contrabandeados são roubados.

Também foi apresentado resultado de pesquisa que analisou 18 marcas contrabandeadas do Paraguai, sendo constatada a presença de ácaros, fungos e partes de insetos. A falta de controle na produção e comercialização no Paraguai é a principal causa do desenvolvimento da indústria ilegal. Lá, a carga tributária representa menos de 13% do preço de venda, enquanto que no Brasil chega a 66%.

Em 2014, o Rio Grande do Sul perdeu R\$ 115 milhões em evasão fiscal com o contrabando de cigarros. Com esse montante seria possível:

- Restaurar 380 km de rodovias;
- Construir e pavimentar 140 km de rodovias;
- Manter por um ano 55,5 mil crianças na creche;
- Educar 70 mil alunos na pré-escola por um ano;
- Edificar 3,4 mil casas populares.